

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 19.06.2025

Promover o “Plano de protecção dos dentes e dos olhos” para garantir o crescimento saudável dos jovens

Os jovens de Macau enfrentam diversos desafios, incluindo a pressão no estudo, o uso excessivo de dispositivos eletrónicos e a insuficiência de actividades ao ar livre, o que tem agravado os problemas de miopia e de saúde dentária. Segundo o "Relatório da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2020", a percentagem de cáries dentárias atinge o seu pico aos 7 anos de idade, aproximando-se dos 70%, com aumento significativo de casos de perda de dentes de leite devido a cáries, refletindo falta de cuidados de saúde dentária em Macau. Além disso, devido ao uso excessivo de dispositivos eletrónicos, à redução das actividades ao ar livre e ao desconhecimento sobre a saúde dos olhos, continua a haver uma elevada percentagem de problemas de visão em todas as faixas etárias quando comparados os dados de 2020 com os de 2015, sendo a miopia, entre os jovens, um problema particularmente grave.

Para fazer face a esta situação, o Governo envia anualmente equipas médicas a todas as escolas do território para realizar exames visuais e avaliações físicas aos alunos do 1.º ano do ensino primário, ao mesmo tempo que financia as instituições médicas sem fins lucrativos para a realização de exames orais gratuitos e oferece serviços anuais de limpeza dentária grátis para os alunos do ensino secundário básico, promovendo, de forma eficaz, a saúde oral dos estudantes.

No entanto, as medidas actuais apresentam uma cobertura limitada e carecem de um planeamento sistemático e de longo prazo, revelando-se assim insuficientes para fazer face aos problemas de saúde oral e ocular dos jovens. O Governo deve promover, de forma sistemática, os trabalhos de protecção da saúde oral e ocular dos jovens, implementando o “Plano de protecção dos dentes e dos olhos” para todas as faixas etárias, integrando os esforços do governo, das escolas, das famílias e das instituições médicas, com vista ao estabelecimento de um sistema científico e padronizado de prevenção e controlo, cujo objetivo é reduzir a incidência de miopia e de cáries dentárias entre os jovens, garantindo, deste modo, o seu crescimento saudável.

1. Criar uma equipa especializada para promover o plano de “Protecção dos dentes e dos olhos”. Sugiro ao Governo que reúna com os serviços de educação, saúde e juventude e crie um grupo de líderes dirigido ao referido programa, para elaborar, de forma completa, um plano de prevenção e controlo a médio e longo prazo, a fim de reduzir, de forma faseada, a taxa de miopia e os problemas dentários entre as crianças e os jovens.

2. Implementar a gestão de dados e promover os censos à saúde. Implementar o rastreio de saúde oral e ocular e a todos os alunos do ensino básico e secundário, construir um arquivo electrónico individual de saúde no âmbito do plano, reunir os dados de saúde oral e ocular para formular estratégias de prevenção e controlo, identificar tendências e factores de risco, desenvolver estratégias preventivas e de intervenção e supervisionar a eficácia das medidas implementadas.

3. Aumentar o apoio financeiro às instituições médicas sem fins lucrativos. Alargar os serviços de exame oral anual e de rastreio da miopia aos alunos do último ano do ensino primário e do secundário, e através do desenvolvimento de diversas acções de formação técnica, reforçar os conhecimentos e as técnicas de prevenção de doenças orais dos profissionais de saúde, dos médicos escolares e dos professores da área da saúde, criando-se, nas escolas primárias e secundárias, uma rede aperfeiçoada de prevenção e tratamento de “protecção dos dentes e olhos”.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 19.06.2025

Rever a política de importação de mão-de-obra, assegurando os direitos e interesses dos trabalhadores locais no acesso ao emprego

Com a aproximação da época das graduações, muitos dos que se vão graduar vão estar prestes a ingressar no mercado de trabalho e a iniciar uma nova jornada na sua vida. Aqui, encorajo os jovens a olharem para o céu e, ao mesmo tempo, a terem os pés assentes na terra, desenvolvendo um espírito empreendedor, com a coragem de assumir responsabilidades, estabelecendo ideais e objectivos correctos e contribuindo, incansavelmente, para a causa nacional, familiar e pessoal. Por sua vez, os encarregados de educação, depois de cumprirem a responsabilidade de educar os seus filhos, nesta fase, podem incentivá-los a atreverem-se a experimentar, a continuarem a aprender no mercado de trabalho, a elevarem as suas técnicas profissionais e o seu nível de conhecimentos, a acumularem experiências práticas e a formarem a capacidade de se auto-sustentarem, formando uma boa base para o futuro desenvolvimento profissional.

Face às mudanças económicas verificadas nos últimos anos, a questão do emprego continua a ser a que mais preocupa a população. Com a nova conjuntura e o ajustamento do mercado de trabalho, os postos de trabalho com boas condições têm muita procura, as exigências técnicas são cada vez mais elevadas, e a isto juntam-se os impactos causados pela importação de TNR; nestas circunstâncias, mesmo os candidatos com qualificações e experiência profissional dificilmente conseguem encontrar um emprego ideal, para não falar dos jovens que começam a trabalhar e não têm experiência.

Reparei que, nos últimos anos, o Governo implementou várias medidas de apoio, incluindo o lançamento de planos de estágio para jovens, a definição da proporção de trabalhadores locais a contratar nas obras adjudicadas, bem como a imposição das condições de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego e de reduzir as quotas de TNR para a renovação do contrato com a SLOT, o que é plausível. Mas, para elevar, efectivamente, a qualidade do emprego dos locais, é ainda necessário rever, de forma global e sistemática, o regime de importação de mão-de-obra, reforçando a fiscalização da apreciação dos respectivos pedidos, em prol da garantia do emprego dos trabalhadores locais. Em particular, deve-se impor às grandes empresas, às operadoras de jogo, aos bancos e às entidades de interesse público a exigência de contratar locais, para estes terem mais oportunidades de emprego e de ascensão profissional.

Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento e a reconversão da sociedade, quer os jovens quer os trabalhadores no activo querem trabalhar em postos administrativos ou de maior tecnicidade. Até Abril deste ano, o número de TNR especializados atingia 5905, portanto, o Governo tem a responsabilidade de avaliar a situação actual e de proceder à gestão do número de TNR, assim como de definir mecanismos claros de formação de locais e de saída dos TNR, para devolver, gradualmente, os postos de trabalho especializados aos trabalhadores locais, concretizando a saída ordenada dos TNR e atribuindo os bons empregos aos locais.

Recentemente, segundo alguns trabalhadores de uma grande empresa de venda a retalho, esta avaliou de forma muito rigorosa o empenho dos trabalhadores locais, e depois lançou duas formas de saída voluntária para aqueles que trabalhavam a tempo inteiro: uma “pouco atractiva” e outra “mais atractiva”; mas, por outro lado, a referida empresa também publicou um anúncio de recrutamento numa plataforma para contratar trabalhadores locais em regime de tempo parcial. Assim, as pessoas suspeitam de que se trata da forma de manter as quotas de importação de mão-de-obra e, mais, estas situações também acontecem, nomeadamente, nos sectores da restauração, serviços e construção civil.

Assim, solicito ao Governo que reforce a fiscalização em relação a estas situações e previna que as empresas contratem os locais a tempo parcial para depois poderem requerer quotas de TNR, pois isso lesa os direitos laborais dos trabalhadores locais. Mais, o Governo deve aperfeiçoar o mecanismo de apreciação para a contratação de TNR, pois, para além de tomar em consideração as formas de contratação dos trabalhadores locais, é preciso ainda introduzir padrões de avaliação mais transparentes sobre a razoabilidade das remunerações, para evitar que as empresas aproveitem estas formas para baixar os salários e fazer crer que são os trabalhadores locais que não estão dispostos a trabalharem, para depois poderem requerer quotas de TNR, pois o Governo deve salvaguardar as opções de emprego e as condições salariais dos nossos residentes.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 19.06.2025

Aproveitar a colaboração da sociedade para definir medidas para promover a economia, estabilizar o emprego e assegurar qualidade de vida da população

O Governo recebeu, recentemente, uma comunicação formal das três concessionárias do jogo, informando-o de que onze casinos-satélites vão terminar a sua actividade até final do corrente ano, o que vai afectar 5600 trabalhadores locais. Além disso, os estabelecimentos comerciais nas imediações destes casinos envolvem cerca de 800 trabalhadores, dos quais cerca de 400 podem ser, directamente, afectados.

Face ao contexto macroeconómico instável, os trabalhadores locais em causa manifestam preocupações quanto às perspectivas de emprego, por isso, o governo exigiu às três concessionárias de jogos que encontrem solução adequada e que reintegrem todos os trabalhadores, garantindo a sua continuidade laboral. Os proprietários dos casinos-satélites devem, igualmente, tomar medidas adequadas para ajudar os trabalhadores locais por eles contratados. Devem, ainda, tomar a iniciativa de ajudar esses trabalhadores, nomeadamente criar linhas telefónicas específicas e solicitar balcões de atendimento especializado à DSAL, providenciando serviços integrados aos empregados; introduzir actividades e projectos que potenciem o desenvolvimento comercial nas imediações daqueles casinos, e melhorar o ambiente de negócios através de políticas, medidas fiscais e instalações complementares de trânsito.

O Chefe do Executivo afirmou recentemente que a estabilização do emprego é política prioritária das LAG do presente mandato, tendo sido lançadas diversas medidas para garantir, efectivamente, os direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego, tais como o estudo para a criação de uma plataforma integrada de formação profissional; a constituição do “Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego” de carácter interdepartamental para salvaguardar o emprego dos residentes; e a optimização do regime de concurso das obras públicas, exigindo a prioridade na contratação de trabalhadores locais. Contudo, a recuperação económica desequilibrada tem exercido pressão sobre a estabilização do emprego. Os resultados do mais recente Inquérito ao Emprego demonstram que, embora as taxas de desemprego global e dos residentes se mantenham estáveis relativamente ao período anterior, situando-se, respectivamente, em 1,9% e 2,5%, as taxas de subemprego registaram um aumento de 0,2 pontos percentuais, 1,4% e 1,8%, respectivamente.

O emprego é o pilar na vida das pessoas e a “tigela de arroz” dos residentes. “Quem é diligente deve ter trabalho, quem é trabalhador deve ter correspondente recompensa”, trata-se de um valor básico querido pela população. Espero que os serviços competentes acompanhem de perto a situação do emprego em geral, incluindo a dos trabalhadores dos casinos-satélite; atribuam um papel activo ao “Grupo” que referi, o qual deve reunir postos de trabalho adequados e criar oportunidades de emprego de qualidade para os residentes; e criem, quanto antes, a plataforma integrada de formação profissional, proporcionando formação específica aos trabalhadores em efectividade de funções, aos candidatos a

emprego e aos residentes à espera de reconversão, para resolver, gradualmente, o problema do desemprego estrutural.

Mais, o Governo deve reforçar o papel do CPCS. Após a sua criação, este desempenhou um papel importante no regime de trabalho, na promoção do emprego, na definição dos salários e na segurança social, sendo uma importante garantia institucional para coordenar as relações laborais e construir uma sociedade harmoniosa. O mecanismo de diálogo tripartido representado pelo CPCS consegue garantir e promover a concretização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, assegurando que os trabalhadores possam beneficiar, de forma justa e condigna, do desenvolvimento económico, sendo, portanto, crucial para o nosso desenvolvimento sustentável e para a equidade social. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem-se empenhado na promoção do diálogo social como pedra basilar da gestão do trabalho do século XXI, enfatizando que só através desta forma é que se podem definir políticas vitais para a sustentabilidade económica e ambiental e para o progresso social. Assim, sugiro ao Governo que acompanhe a evolução dos tempos e que, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico, reforce, constantemente, as funções do CPCS e aperfeiçoe o mecanismo de diálogo tripartido, com vista a promover, em conjunto, a harmonia nas relações laborais e no desenvolvimento sustentável da sociedade.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 19.06.2025

Optimização das actividades para pais e filhos e aumento do apoio às famílias

As inscrições para as Actividades de Férias 2025 estão a chegar ao fim. Segundo os dados divulgados pelo Governo, este ano, o número destas actividades mantém-se praticamente igual ao do ano passado, são ricas, diversificadas e muito bem acolhidas pelos encarregados de educação e jovens, abrangendo diversas áreas, nomeadamente, a cultura e as artes, o desporto, a generalização científica, etc. No entanto, segundo alguns encarregados de educação, as inscrições para as actividades começaram tarde, e todo o processo inclui registo, sorteio, inscrição, pagamento e inscrição para as vagas remanescentes, o que é bastante moroso e é difícil planear, com antecedência, as férias de Verão para os seus filhos.

Face a esta situação, proponho ao Governo que divulgue, quanto antes, o planeamento geral e as informações concretas das actividades de férias de Verão, para que os encarregados de educação tenham tempo suficiente para conhecer o tipo e o horário das actividades, e a distribuição pelas instalações, a fim de poderem dialogar com os seus filhos quanto antes, e planear as férias em conjunto. Ao mesmo tempo, espero que o Governo continue a aumentar o número de vagas para as actividades mais procuradas, criando mais actividades novas e interessantes. Além disso, proponho o reforço contínuo da cooperação com as escolas, associações, empresas e instituições, para a integração de mais espaços disponíveis e o alargamento da cobertura destas actividades. A longo prazo, espero que o Governo acelere o projecto do parque desportivo para os cidadãos, aproveite bem a reserva de terrenos e continue a aumentar os recintos desportivos, a fim de estimular o interesse das crianças pelo desporto e incentivá-las a praticarem desporto.

É de salientar que, nas “Actividades de Férias” para este ano, foram criadas, pela primeira vez, as actividades a realizar na Zona de Cooperação, por exemplo, o acampamento de generalização científica e ecológica destinado a pais e filhos, o “pickleball” e o badminton, que foram bem acolhidas. Sugiro que se reforce a cooperação com diferentes instituições da referida Zona, para aproveitar, de forma integrada, as suas instalações desportivas e artísticas, entre outros recursos, criando-se mais opções de actividades culturais, recreativas e desportivas para os jovens.

Hoje em dia, muitos jovens entram em contacto com produtos electrónicos e a *internet* desde muito cedo. Como as informações na *internet* são diversas e os jovens não têm capacidade de as filtrar, a que se acrescem os vídeos curtos e os *feeds* promovidos nas redes sociais, agrava-se o vício da *internet*. Aliás, os pais enfrentam muitos desafios na educação familiar, e sentem muita pressão na orientação dos filhos para uma navegação saudável na *internet* e na criação de uma boa relação pais-filhos. Agora, a "Rede de informação sobre a educação da vida familiar" tem poucos conteúdos sobre como orientar os filhos a utilizar a *internet*, e faltam orientações destinadas a jovens de diferentes faixas etárias. Assim, sugiro que o Governo reforce continuamente a educação familiar e o apoio emocional e, atendendo aos novos problemas relativos à educação familiar e em articulação com as características dos jovens de diferentes idades, lance, com associações civis, cursos e actividades, para

(Tradução)

ajudar os pais a lidar com as dúvidas e pressões enfrentadas na educação dos filhos e a melhorar as técnicas de comunicação e capacidade de gestão emocional, prestando-lhes apoio atempado e adequado.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 19.06.2025

Promoção do emprego dos residentes e garantia do bem-estar da população

Há dias, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, sublinhou que o emprego está relacionado com a estabilidade da sociedade e da vida da população, por isso, o Governo deve dar grande importância à actual situação geral de emprego. O “Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego”, criado recentemente, afirmou que todas as obras e serviços públicos orientados pelo Governo devem dar prioridade aos residentes que tenham capacidade e vontade de trabalhar. Ao mesmo tempo, as autoridades apelam aos diversos sectores sociais, nomeadamente às grandes empresas, para que assumam as suas responsabilidades e cooperem na concretização do princípio da prioridade ao emprego local. Estou ansioso por isso.

Os 11 casinos-satélite só vão funcionar até ao final deste ano. Algumas empresas de turismo e lazer manifestaram a intenção de adquirir alguns casinos-satélite para operarem sob a forma de “casinos operados directamente”, mas as oportunidades de trabalho e os postos de trabalho dos trabalhadores de outros casinos-satélite continuam a ser um problema que urge resolver. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores não residentes está a aumentar constantemente, e a situação de subemprego e desemprego estrutural dos residentes é também o primeiro tema do Governo da RAEM.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto ao futuro dos trabalhadores dos casinos-satélite, a fim de garantir a sua transição sem sobressaltos, espero que as autoridades possam exigir às concessionárias a colocação adequada dos seus trabalhadores e a salvaguarda dos seus direitos e interesses, por exemplo, a remuneração e as férias; incentivar as empresas de lazer e entretenimento a dar prioridade ao recrutamento de trabalhadores dos casinos-satélite, e planear com antecedência o emprego, com vista a assegurar a estabilidade e a organizar adequadamente os trabalhos de transição. Ao mesmo tempo, segundo alguns residentes de Macau que trabalham em casinos-satélite, é muito difícil mudar de emprego na meia-idade. Assim, sugiro ao Governo que crie um “fundo de actualização de técnicas” para os trabalhadores de meia-idade que mudem de emprego, concedendo-lhes apoio financeiro para a obtenção da certificação para as indústrias emergentes de Macau, como a economia digital e a gestão de convenções e exposições, a fim de promover o aumento das suas técnicas e elevar a sua competitividade social.

2. Quanto ao recente problema de trabalho ilegal, espero que as autoridades melhorem o enquadramento jurídico, reforcem a execução da lei e a fiscalização, reforcem a sensibilização sobre a autodisciplina e a cooperação no sector, etc., para reprimir, com todo o rigor, os “trabalhadores ilegais” e acabar com as zonas cinzentas relativas aos “voluntários”, em prol da garantia da prioridade dos residentes locais no acesso ao emprego e da salvaguarda do estatuto de Macau como “cidade de artes performativas”, enquanto metrópole cultural internacional.

3. Actualmente, alguns postos de trabalho estão ocupados por muitos TNR. Espero que as autoridades avaliem, de forma racional e com base em critérios científicos, as funções dos postos de trabalho e ajustem, em tempo oportuno, o mecanismo de importação de mão-de-obra, tendo em conta a situação real do emprego e da economia; e, em conjugação com as habilitações académicas e as capacidades profissionais dos residentes, proporcionem atempadamente postos de trabalho adequados, promovendo a prioridade no acesso ao emprego dos residentes.

Espero que as autoridades maximizem as funções do “Grupo de trabalho para a coordenação da promoção do emprego”, reforcem a cooperação interdepartamental e analisem, de imediato, as necessidades dos sectores e as lacunas nas aptidões da força laboral; e ponderem a adopção de mais políticas de apoio às PME, incentivando os sectores a criar mais postos de trabalho para os residentes, em prol da garantia de emprego dos locais, do bem-estar da população e do desenvolvimento estável da sociedade.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 19.06.2025

Reforçar o apoio ao emprego dos jovens

Com a retoma socioeconómica, o Governo tem promovido, de forma gradual, medidas de apoio ao emprego, e conseguiu manter a taxa de desemprego global num nível baixo. No entanto, é de notar que os jovens e o grupo com habilitações académicas elevadas, especialmente os recém-licenciados, continuam a enfrentar uma grande pressão para ter emprego.

Segundo os dados do primeiro trimestre de 2025, o número de desempregados com ensino superior aumentou em relação ao trimestre anterior, atingindo cerca de 50 por cento do total. De acordo com a experiência, no período de graduação que se aproxima, haverá mais de 8000 licenciados. No entanto, devido à fraca vontade de contratação por parte das empresas, a sociedade receia que os recém-graduados não consigam encontrar um emprego razoável, mesmo baixando as suas expectativas salariais. Este fenómeno de “graduação significa desemprego” implica desperdício de recursos humanos, e afecta a confiança dos jovens no futuro e o desenvolvimento a longo prazo da sociedade.

Segundo muitos recém-graduados, a pressão para ter emprego é grande. Por um lado, a procura de mão-de-obra nas indústrias tradicionais e pilares, como o turismo e o jogo, está a encolher, enquanto para as indústrias emergentes, como a tecnologia financeira e a macrossaúde, não há cursos correspondentes nas instituições de ensino superior de Macau. Por outro lado, alguns jovens são relutantes em relação às oportunidades de emprego em Hengqin, devido às diferenças salariais e à adaptação. É de notar que, segundo muitos graduados, a actual formação profissional está desfasada das necessidades reais do mercado de trabalho e dificilmente contribui para a competitividade.

Para melhorar ainda mais o ambiente de emprego dos recém-graduados, o Governo deve apoiar o emprego dos jovens em vários níveis. Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro, deve-se reforçar a conexão entre as indústrias e a educação, e promover a cooperação entre as instituições de ensino superior e as empresas-chave para a organização de cursos práticos, a fim de garantir que a formação de talentos corresponda às necessidades do mercado. Actualmente, Macau está a empenhar-se no desenvolvimento das indústrias prioritárias “1 + 4”, e as necessidades do mercado de emprego e de recursos humanos estão a mudar de forma correspondente. Deve-se unir as instituições de ensino superior e de formação profissional e as empresas, para organizar mais cursos de formação profissional que correspondam às necessidades das quatro grandes indústrias, como: saúde, finanças, turismo cultural, alta tecnologia, etc., o que pode melhorar de forma direccionada as técnicas profissionais dos recém-graduados, e também fornecer quadros qualificados para apoiar o desenvolvimento das indústrias.

Segundo, otimizar o conteúdo do “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho” e aumentar o número de postos de estágio nas áreas com alta procura. Há que

fazer estatísticas sobre o número dos participantes que acabam por ser contratados após os meses de estágio, e apoiar as empresas e instituições na criação de mais oportunidades de emprego. Após a conclusão do estágio, pode-se recorrer às formas de exame e avaliação, para os estagiários com capacidades correspondentes poderem ser contratados como trabalhadores efectivos, aumentando assim as oportunidades de emprego dos recém-graduados.

Terceiro, aprofundar o apoio ao emprego em Hengqin e prestar apoio aos jovens que pretendam dedicar-se à construção da Zona de Cooperação na procura de emprego. Há que recolher informações sobre as dificuldades que os jovens enfrentam no âmbito do emprego e do empreendedorismo naquela Zona, procurando soluções para os mesmos; e, com base nos subsídios atribuídos na Zona de Cooperação, lançar o subsídio para as deslocações entre a casa e o trabalho, bem como a residência para os jovens em Hengqin, a fim de eliminar as suas preocupações com o emprego transfronteiriço.

Os jovens são o pilar do desenvolvimento social, e a questão do emprego dos recém-licenciados está relacionada com a estabilidade social e a reconversão económica. Espero que o Governo continue a lançar soluções prospectivas e sistemáticas, para alargar o espaço de desenvolvimento dos jovens.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 19.06.2025

Melhoria da protecção no trabalho e salvaguarda da segurança dos trabalhadores

No ano passado, registaram-se em Macau diversos acidentes de trabalho graves, nomeadamente, o incidente com a grua num estaleiro da habitação pública na Zona A dos Novos Aterros Urbanos, a queda de um trabalhador de um edifício na ZAPE durante a instalação do ar condicionado, o incidente com o elevador de um hotel, a queda de um trabalhador do terminal marítimo no mar, etc., o que nos entristece. Esses incidentes alertam, de novo, as pessoas para a necessidade de avaliar o vigente regime de segurança e saúde ocupacional, em particular se existe, no ambiente de trabalho especial e de alto risco, protecção suficiente e se esta é eficazmente aplicada.

Graças às medidas do Governo nos últimos anos, o número total de acidentes de trabalho em Macau baixou ligeiramente. Com a aprovação, em 2023, da Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil, foi criado, preliminarmente, um enquadramento institucional de gestão da segurança em estaleiros. O Governo organizou também, activamente, acções de formação e palestras para reforçar o conhecimento dos operadores sobre o risco no tratamento de produtos químicos e na operação de máquinas elevatórias, e a importância da existência de equipamentos de protecção.

Surgiram em Macau novos modelos de negócio, por exemplo, as plataformas de *take-away*. Porém os distribuidores têm de trabalhar ao ar livre durante muito tempo e têm de enfrentar, sem os dispositivos próprios, riscos viários, alterações climáticas, etc. A protecção inadequada e a definição ambígua de responsabilidades deixaram muitos trabalhadores num vazio de protecção. Mais, o regime de reparação de danos por doenças profissionais e acidentes de trabalho entrou em vigor há mais de 30 anos. Os limites de indemnização foram ligeiramente ajustados várias vezes através de ordens executivas, mas não houve qualquer reforma essencial do seu quadro geral, o que torna difícil responder plenamente às mudanças no ambiente de trabalho contemporâneo, tais como o aumento dos custos dos cuidados de saúde e de vida, o que não é propício ao desenvolvimento de práticas eficazes de partilha de riscos e do cumprimento das leis.

Pelo que, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto ao ambiente operacional de alto risco, sugiro que as autoridades, em conjunto com os serviços competentes, procedam à revisão e ao aperfeiçoamento das regras de segurança em determinados sectores, em particular, a avaliação de riscos e o mecanismo de resposta às operações nocturnas; ao mesmo tempo, há que promover a organização periódica de acções de formação sobre a segurança e saúde ocupacional por parte dos empregadores, a fim de elevar a consciência de risco e a capacidade de resposta dos trabalhadores.

2. Quanto à promoção do estudo sobre a "regulamentação da segurança e saúde ocupacional para novos sectores de actividade", Macau ainda não dispõe de uma regulamentação clara sobre as responsabilidades e o regime de seguros para os novos modelos de negócios nas plataformas, por exemplo, o pessoal que entrega as refeições.

Propõe-se a criação de um quadro institucional para a organização das horas de trabalho, o tratamento dos acidentes e a protecção dos seguros, a fim de proporcionar garantias básicas aos trabalhadores das indústrias emergentes.

3. Proponho ao Governo que proceda a uma revisão global do “regime de indemnização por doenças profissionais e acidentes de trabalho”. A orientação geral de aperfeiçoamento, não se deve limitar apenas a um pequeno ajustamento do valor da indemnização, mas, o mais importante, é ter em conta o ambiente de trabalho contemporâneo e a inflação, procedendo a uma reforma institucional moderna, nomeadamente quanto ao procedimento de indemnização e ao mecanismo de partilha de riscos, elevando assim a eficácia e a justiça das garantias dos trabalhadores.

Em suma, a segurança ocupacional não deve ser um mero *slogan*, mas sim um trabalho conjunto entre o Governo e os sectores, através de regimes regulares, fiscalização e sensibilização, pois só assim é que será possível construir um ambiente de trabalho mais seguro e garantido.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.06.2025

Construir uma sociedade sem barreiras

Na sociedade de hoje, o ambiente sem barreiras já é um símbolo importante do grau de civilização e de inclusão social. Macau, enquanto cidade internacional e diversificada, está empenhada em criar um centro mundial de turismo e lazer, e o ambiente sem barreiras tem a ver não só com a qualidade de vida dos grupos vulneráveis, como portadores de deficiência, idosos, grávidas, pais com carrinhos de bebé, mas também com a experiência dos turistas provenientes de todo o mundo. No entanto, há ainda muitos problemas por resolver na construção de instalações sem barreiras em Macau.

Em Abril deste ano, durante o debate sobre as LAG da área dos Assuntos Sociais e Cultura, as autoridades afirmaram que iam proceder, em breve, aos estudos preparatórios para a produção da lei sobre um ambiente livre de barreiras e rever as leis relativas à acessibilidade nas obras privadas. Esta medida é, sem dúvida, um passo importante nesta área, e reflecte a importância dada pelo Governo ao assunto. No entanto, é apenas o início, e Macau ainda tem um longo caminho a percorrer na construção dum ambiente sem barreiras.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Legislar sobre a acessibilidade é uma obra sistemática que envolve as atribuições e a colaboração de vários serviços públicos. Agradeço a coordenação activa dos Secretários, para este trabalho legislativo ser oficialmente agendado. Durante este processo legislativo, espero que o Governo reforce a comunicação e a troca de opiniões com o público, as associações de deficientes e as organizações de reabilitação, para garantir que a lei satisfaça realmente as necessidades reais da sociedade. Mais, sugiro que seja definida uma calendarização clara para esta produção legislativa, para garantir que este trabalho seja realizado de forma ordenada e estável.

2. Estudar a colaboração com a AMap, a Baidu Map, etc., para efectuarem em conjunto o desenvolvimento e a promoção em Macau da navegação sem barreiras destinada ao planeamento inteligente dos itinerários de deslocação, para prestar aos portadores de deficiência, residentes com necessidades e visitantes um serviço de deslocação mais preciso. Os residentes e turistas poderão ainda carregar informações sobre as instalações livres de barreiras, partilhar os melhores percursos sem barreiras e dar opiniões valiosas. O Governo também pode acumular, através da navegação sem barreiras, informações sobre as instalações livres de barreiras e experiências sobre o planeamento dos itinerários, para apoiar Macau no aperfeiçoamento das informações digitais sobre as estas instalações e elevar a sua taxa de utilização. O mais importante é que o Governo deve aprender com as experiências de sucesso de outras regiões e, tendo em conta a realidade de Macau, integrar o conceito de acessibilidade no planeamento urbanístico, para criar uma cidade amiga dos deficientes e sem barreiras.

3. Propor a definição de uma política desportiva específica e livre de barreiras, esclarecendo sobre o direito de participação das pessoas com deficiência em actividades desportivas e as medidas de protecção, fornecendo-lhes o apoio e os recursos necessários; e aumentar o investimento e o apoio às actividades desportivas para essas pessoas, incluindo o reforço da remodelação das instalações e equipamentos desportivos sem barreiras, a organização de mais eventos e actividades desportivas sem barreiras, e o fornecimento de formação e orientação desportiva profissional, etc.

4. Propor a realização activa de actividades de experiência sem barreiras para aumentar a consciencialização e a compreensão do público sobre um ambiente acessível, e estudar a viabilidade de construção, em Hengqin, de um pavilhão de experiências sem barreiras com funções de exposição, experimentação, educação e conexão de recursos, de acordo com as últimas tendências de desenvolvimento, actualizar periodicamente o conteúdo e as instalações desse Pavilhão de Experimentação, promover a generalização e o aprofundamento da construção de um ambiente livre de barreiras, e fornecer experiências e referências valiosas para o desenvolvimento da causa da acessibilidade na Grande Baía.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 19.06.2025

Estender o subsídio de assistência na infância a crianças até aos seis anos, para apoiar as famílias com necessidades, reduzir a pressão económica e aumentar a natalidade

Um dos principais factores que contribuem para o envelhecimento da população de Macau é a constante diminuição da natalidade. Em 2013, a taxa de natalidade foi de 11,1%, com 6600 recém-nascidos, enquanto em 2024, essa taxa caiu para 5,3%, com apenas 3607 recém-nascidos. Os números evidenciam que, em 10 anos, a taxa de natalidade diminuiu para metade. Tal como referi na interpelação oral, este ano, em muitas escolas e jardins-de-infância, o número de alunos admitidos é de apenas um dígito, até mesmo dois ou três alunos.

Felizmente, o actual Governo apercebeu-se da situação e tomou de imediato uma série de medidas, incluindo o aumento do subsídio de nascimento do Fundo de Segurança Social e o recente lançamento do subsídio de assistência na infância com a duração de 3 anos. Aplaudo, tal como muitas famílias, estas medidas, pois vão beneficiar as famílias com necessidades ou aquelas que pretendem ter filhos.

É do conhecimento de todos que as despesas familiares são muito elevadas, e segundo muitas delas, o novo subsídio de assistência na infância não é abrangente e é insuficiente, não abrangem as crianças nascidas antes dos anos 2020-2021, ou seja, famílias que já sustentaram 2, 3 ou mais filhos. Actualmente, face à inflação, à recessão económica e a um ambiente social que se quer dar tudo do melhor para os filhos, teremos de ver quais serão os resultados deste subsídio.

A baixa da taxa de natalidade não é um problema que só se regista em Macau, pois isto acontece em todas as regiões ricas e desenvolvidas do mundo, e os respectivos governos também adoptaram várias medidas para enfrentar este problema. Por exemplo, o Governo do Japão definiu este problema como uma das acções governativas mais importantes a resolver pelo seu governo e definiu um plano de apoio financeiro de 5 anos, dando assim importância muito maior comparativamente com a nossa medida.

Vou agora estabelecer uma comparação com as medidas implementadas noutras regiões:

- A) O subsídio de assistência na infância da região de Taiwan é atribuído até aos 6 anos;
- B) O respectivo subsídio no Japão é atribuído até aos 18 anos;

C) Na Coreia do Sul, que tem uma taxa de natalidade igualmente baixa e é menos rica do que nós, o subsídio de assistência na infância abrange as crianças até aos 7 anos, as quais podem obter um subsídio total superior a 100 mil dólares de Hong Kong. Mais, há subsídios escalonados, para incentivar e ajudar as famílias com mais de dois filhos.

Os efeitos do subsídio das referidas 3 regiões, ao nível do aumento da taxa de natalidade, ainda estão por observar, mas, em comparação, o nosso apoio é obviamente insuficiente. Como mulher, sempre sublinhei que a questão de ter filhos e quantos depende da vontade própria das mulheres. No entanto, o Governo tem a responsabilidade de aperfeiçoar os benefícios da segurança social e de criar um ambiente favorável à natalidade, para apoiar e preparar melhor as famílias que queiram ter filhos.

Assim sendo, apelo ao Governo para que, em relação ao aumento da taxa de natalidade, adopte políticas e medidas mais abrangentes, com maior cobertura e força, e que dê primazia a esta questão. Deve ainda produzir leis para substituírem os regulamentos administrativos, reforçar as regalias e garantias para as crianças, incluindo o alargamento do âmbito do subsídio de assistência na infância a crianças até aos 6 anos, agora até aos 3 anos, para abranger mais famílias com necessidades, apoiando-as a suportarem os custos com crianças e elevando a sua qualidade de vida.

A longo prazo, há que rever e aperfeiçoar a “Lei das relações de trabalho”, aproveitar bem o apoio financeiro do Fundo de Segurança Social, aumentar a licença de paternidade para sete dias e a licença de maternidade para 90 dias, sem aumentar a pressão nos negócios. Há ainda que aumentar, em tempo oportuno, as férias dos trabalhadores, para promover a harmonia e a estabilidade familiar. O mais importante é aproveitar bem os actuais recursos de habitação económica para apoiar prioritariamente as famílias necessitadas na troca de habitação ou no acesso a habitação, para melhorar as suas condições de vida. Só através de políticas mais aperfeiçoadas de apoio às famílias é que as mesmas podem ficar mais descansadas e mais confiantes em ter filhos, aumentando assim a taxa de natalidade e abrandando o grau de envelhecimento populacional em Macau.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 19.06.2025

Longa visão no planeamento do Local de Espectáculos ao Ar Livre, para dinamizar a economia e as indústrias

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na criação do cartão-de-visita dourado de “Cidade do Espectáculo” e, com a construção do Local de Espectáculos ao Ar Livre, pretende criar uma base mais sólida para dinamizar o desenvolvimento. Recentemente, teve lugar nesse local o primeiro espectáculo comercial, e a organização, a coordenação, os resultados e as instalações mereceram elogios dos espectadores, o que demonstra que, com a cooperação estreita e os esforços dos serviços, a diversificação dessa indústria está no bom caminho de maturação e deve ser reconhecida.

Por isso, na próxima fase, o foco da atenção da sociedade vai estar no planeamento e aproveitamento desse local e dos concertos, para beneficiar toda a cidade, a vida da população e todos os sectores. O Governo pretende lançar, este ano, um concurso público para a gestão comercial desse local, então, deve ter um planeamento com longa visão para orientar a conjugação entre os recursos públicos e os mecanismos do mercado, por forma a dinamizar a indústria, e atender ao desenvolvimento dos profissionais locais e da economia regional.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Potenciar plenamente as instalações

Actualmente, a realização de espectáculos de grande dimensão no referido local está sujeita ao regime de proposta e marcação, que permite um bom controlo quanto à programação. Até agora, realizaram-se poucos espectáculos no referido local, portanto, há que fazer um melhor aproveitamento das instalações. Sugiro ao Governo que conclua, quanto antes, a recolha de dados e opiniões sobre as actividades, e promova a sinergia entre as associações artísticas e o sector comercial, recolhendo propostas de actividades. Há que criar uma plataforma electrónica mais conveniente, com informações sobre a disponibilidade para marcação, ou tomar a iniciativa de organizar feiras, actividades desportivas, espectáculos de grupos locais, etc., a fim de aumentar a diversidade e o valor multiplicador desse local.

2. Definir um mecanismo de apoio às indústrias culturais e artísticas locais

Tendo em conta que vai ser lançado um concurso público para a exploração do “Local de Espectáculos ao Ar Livre de Macau”, o funcionamento do mercado vai contribuir para reforçar a eficácia da utilização deste Local. Mas a sociedade receia que, como o desenvolvimento da indústria cultural e artística local ainda não está maduro em termos de competitividade, se não houver uma certa regulação por parte do Governo, o desenvolvimento desta indústria será pressionado pela concorrência. Assim, sugiro ao Governo que, ao ponderar sobre o concurso, possa incluir cláusulas claras sobre a protecção da indústria cultural e artística local, para que o sector participe nos grandes eventos ou,

então, definir que o referido Local seja reservado de forma razoável e em horário nobre para uso do sector; mais, há que definir de forma clara as formas de execução e os factores de avaliação do concurso, para que estas cláusulas possam ser implementadas e avaliadas de forma quantificada. Por outro lado, o Governo pode também estudar a criação de um fundo de apoio ao desenvolvimento cultural e artístico de Macau, para uma parte fixa das receitas provenientes do uso do referido Local poder ser transformada em apoio permanente para o desenvolvimento do sector.

3. Aproveitar ao máximo as instalações complementares para alargar o efeito de difusão do referido Local

Os eventos artísticos de grande envergadura podem atrair um grande número de turistas e residentes, portanto, pode-se aproveitar a relação entre os eventos e os transportes, e os planos de evacuação das pessoas, assim como lançar descontos de consumo associados aos eventos para atrair as pessoas aos bairros comunitários e com isso ajudar a revitalizar a economia. Assim, sugiro ao Governo que optimize as interconexões e o planeamento dos transportes públicos, com vista a facilitar a deslocação dos turistas entre os bairros antigos e o referido Local; mais, há que incentivar mais lojas a participar no plano da “economia dos bilhetes utilizados” em articulação com os eventos artísticos de grande envergadura e criar pontos de *check-in* nas redes sociais em diversas zonas, conjugando isso com a economia de Propriedade Intelectual (PI) local para incentivar os turistas a consumirem e a prolongar o seu tempo de permanência em Macau, e com isso impulsionar de forma diversificada a economia comunitária.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 19.06.2025

Promover a prevenção e o tratamento das doenças crónicas nos bairros comunitários, em prol da construção, em conjunto, de um lar saudável

Com as mudanças do estilo de vida e dos hábitos alimentares dos residentes, assim como o envelhecimento populacional, a taxa de incidência das doenças crónicas tende a aumentar. De acordo com o “Inquérito sobre a Saúde dos Cidadãos e a Situação de Assistência Médica” dos Serviços de Estatística e Censos, cerca de um quarto dos residentes entrevistados com mais de 16 anos sofre de doenças crónicas, tais como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas e tumores. Devido ao elevado número de consultas que demoram muito tempo, muitos doentes crónicos sentem grande pressão física e psicológica e agrava-se a pressão sobre o pessoal médico e de enfermagem da linha da frente. Segundo as estatísticas médicas, entre 2009 e 2019, a procura de serviços médicos em Macau aumentou mais de 60% e continua a aumentar após a epidemia, e muitos dos que os procuram são doentes crónicos. Isto demonstra que fazer bem os trabalhos de prevenção e tratamento é crucial para reduzir os encargos do sistema médico.

Há dias, os Serviços de Saúde anunciaram que ia ser lançado, em Agosto, o “Programa de Rastreio de Doenças Crónicas (Programa)”, para alargar o âmbito de utilização dos vales de saúde aos serviços de prevenção e cuidados de saúde para as doenças crónicas, e que ia ser facultada formação sistemática e certificação aos médicos privados aderentes ao Programa. A implementação do Programa reflecte a visão prospectiva do Governo, o que impulsiona a descentralização dos recursos médicos dos hospitais para a comunidade, providenciando aos residentes uma intervenção precoce na saúde, abrindo um novo canal para o desenvolvimento profissional e a expansão de negócios dos médicos privados e injectando uma nova dinâmica no desenvolvimento sustentável do sector privado. Aproveitando esta oportunidade, como promover, no futuro, a integração profunda e a alta coordenação dos recursos médicos públicos e privados, a complementaridade e o desenvolvimento divergente, a formação e a elevação da capacidade e do nível profissional dos cuidados de saúde comunitários merecem uma discussão conjunta entre a sociedade, o Governo e o sector.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Alargar a participação dos profissionais de saúde da comunidade. Este “Programa” tem um efeito positivo na promoção da descentralização dos recursos médicos de alta qualidade e da sua distribuição equilibrada em diferentes zonas, pelo que se propõe a promoção ordenada da participação de mais instituições médicas privadas e médicos da comunidade no “Programa”, bem como a criação, na comunidade, de uma rede conveniente de prevenção, controlo e tratamento de doenças crónicas que desempenhe bem o papel de “guardião da saúde” da população.

2. Promover o desenvolvimento profissional da medicina familiar. Actualmente, o conceito de médico de família carece mais divulgação junto da sociedade de Macau. Em referência à experiência de Hong Kong, que implementou o conceito de “cada pessoa com

o seu médico de família” na gestão de doenças crónicas, sugiro que, no futuro, o Governo reforce a sensibilização da sociedade quanto à relevância dos médicos de família que visa estabelecer relações médico-paciente duradouras e saudáveis. Ao mesmo tempo, deve-se continuar a desenvolver acções de formação avançada para médicos do sector privado que participem e obtenham certificação no âmbito do Programa, assim como implementar percursos formativos bem definidos para a especialização ou o aperfeiçoamento profissional em medicina familiar, contribuindo para o desenvolvimento profissional tanto do sector médico privado como das instituições sem fins lucrativos.

3. Criação de um mecanismo de incentivo para a gestão de doenças crónicas. Para além do mecanismo de incentivo “Minha saúde 2.0”, que visa incentivar os médicos aderentes ao programa a submeterem informações, no futuro, pode-se criar mais formas diversificadas de incentivo para os doentes e médicos participarem no Programa. Por exemplo, tendo em conta o grau de controlo da gestão das doenças crónicas e de satisfação dos doentes, entre outros, podem ser estabelecidos diferentes indicadores e medidas de incentivo, para elevar a atenção dos residentes sobre a gestão destas doenças e elevar a qualidade dos respectivos serviços médicos.

4. Aprofundar o modelo de gestão das doenças crónicas na comunidade. A longo prazo, para fazer face às doenças crónicas e a uma sociedade super-envelhecida no futuro, podemos tomar como referência o “*Chronic Disease Co-Care Pilot Scheme*” de Hong Kong ou o “Projecto de prestação de serviços pagos de qualidade para o controlo da diabetes” de Taiwan. Estes dois modelos permitem que os médicos de família ou outros profissionais de saúde (incluindo enfermeiros, farmacêuticos e dietistas, etc.) prestem serviços subsidiados aos doentes crónicos, podendo receitar medicamentos, gerir as doenças crónicas e disponibilizar informações sobre a saúde aos utentes, ou seja, estes profissionais só não podem prestar serviços quando o utente sofre de problemas oncológicos. Assim, vamos construir uma forma de prestação de consultas onde “as doenças mais complexas e urgentes são tratadas nos hospitais, e as menos complexas e crónicas são tratadas na comunidade”.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 19.06.2025

Reforçar a inovação institucional da Zona de Cooperação e promover o seu desenvolvimento

Desde a criação da Zona de Cooperação, os resultados da construção socioeconómica têm sido notórios. O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, implementou as instruções do Presidente Xi Jinping sobre a “promoção da concretização de sinergias económicas de alto nível entre a Zona de Cooperação e Macau, da articulação aprofundada das respectivas regras, da alta eficiência e conveniência da circulação transfronteiriça dos diversos elementos”, para promover de forma sólida a construção da referida Zona. A dimensão das indústrias dos “quatro novos” da Zona está em constante crescimento, a integração da vida da população está a ser promovida de forma aprofundada, o funcionamento dos sistemas e mecanismos dos “quatro conjuntos” está a ser cada vez mais suave, “Macau+Hengqin” está a produzir novos resultados no âmbito do enriquecimento de novos exemplos da implementação do princípio “um País, dois sistemas”, do novo patamar para impulsionar a construção da Grande Baía e da nova plataforma de abertura ao exterior de alto nível do País.

Este é o ano de arranque da segunda fase da Zona de Cooperação, que vai envolver áreas mais amplas e mais profundas, sendo necessária uma coordenação inovadora em vários aspectos. A inovação de leis e regimes é uma garantia importante para a construção da Zona de Cooperação. O Chefe do Executivo indicou que se vão pautar “por proceder, com coragem, à reforma, à exploração e ao avanço estratégico”. Assim, devemos continuar a promover a inovação dos regimes jurídicos, a explorar activamente a criação de leis e arranjos institucionais adequados ao desenvolvimento da Zona de Cooperação, e a promover a articulação das normas jurídicas em matéria civil e comercial da referida Zona com Macau, para proporcionar garantias sólidas de um Estado de Direito para o desenvolvimento da Zona de Cooperação. Mais, há que implementar melhor a política de gestão separada e promover constantemente o fluxo eficiente e conveniente de todos os factores de produção, para facilitar ainda mais o investimento transfronteiriço, o comércio e o movimento de pessoas das empresas.

Tomando como exemplo o desenvolvimento integrado do turismo e da cultura entre Macau e Hengqin, as políticas inovadoras como a gestão separada, a "entrada e saída em grupo" e as “deslocações múltiplas”, entre outras, impulsionaram ainda mais a complementaridade das vantagens do turismo entre Macau e Hengqin, e produziram os efeitos aditivos das vantagens dos dois locais. Isso desempenhou um papel importante no desenvolvimento de alta qualidade do turismo de Macau. Sugere-se o reforço da construção do “Círculo de Turismo Dourado Macau-Hengqin” e o aumento da atracção turística regional.

1. Inovação em produtos: tomando a cultura histórica de Macau como núcleo, integrar os elementos de ecoturismo, saúde de Hengqin, etc., para criar um sistema de produtos turísticos temáticos interligados, gerando uma série de projectos distintivos e característicos.

2. Promoção de actividades: unir-se aos sectores de Hengqin para organizar diversas actividades culturais e turísticas de alta qualidade, cultivar marcas internacionais de turismo e cultura (PI), e promover campanhas de divulgação multicanais online e offline, atraindo mais turistas do Interior da China e do exterior para consumo turístico.

Na segunda fase, é necessário acelerar de forma mais proactiva a construção da Zona de Cooperação Aprofundada, “tratando a construção de Hengqin como uma responsabilidade própria de Macau”, e é essencial posicionar bem a combinação “Macau + Hengqin”, integrando-a com a construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”; por meio da prática turístico-cultural, explorar inovações institucionais e atrair mais recursos internacionais, reforçando o papel singular de Macau como “ponte de ligação interna e externa” no processo de abertura nacional e contribuindo assim para o desenvolvimento de alta qualidade do País.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 19.06.2025

Optimizar, de forma contínua, a fisionomia da cidade para construir uma cidade turística com condições ideais de vida

Nos últimos anos, o Governo tem dado grande importância ao embelezamento e à remodelação da paisagem urbana, e tem-se empenhado em elevar a imagem de Macau como cidade turística, melhorando o ambiente de vida dos residentes e, ao mesmo tempo, promovendo o dinamismo da economia comunitária. Os resultados obtidos são notórios, pois foram alcançados avanços significativos em termos quer de optimização das ruas, quer de jardinagem, e podemos ver uma imagem nova em muitos bairros e ruas.

Concordo com a criação do “Grupo de trabalho de embelezamento e limpeza”, liderado pela Secretaria para a Administração e Justiça, com a participação dos serviços públicos de quatro áreas: economia e finanças, segurança, assuntos sociais e cultura, e transportes e obras públicas, e espero que, através da divisão clara do trabalho e de um mecanismo de colaboração, seja reforçada a coordenação dos trabalhos de embelezamento da cidade e limpeza do ambiente, o que contribuirá para a comunicação rápida e uma resposta rápida às solicitações dos cidadãos, garantindo que a questão da fisionomia da cidade seja resolvida de forma eficiente e regulamentada.

Macau é uma cidade famosa pelo seu património mundial e, com o desenvolvimento da cidade, verificam-se problemas como o envelhecimento dos edifícios e a falta de infra-estruturas em alguns bairros antigos, o que afecta a qualidade de vida dos seus residentes e a sua imagem como cidade turística. Por isso, é necessário adoptar medidas adequadas para embelezar os bairros antigos, por exemplo, reparar e renovar as fachadas dos edifícios antigos, melhorar as vias públicas e o sistema de drenagem, aumentar os espaços verdes, etc., para criar um ambiente favorável ao turismo. Tudo isto faz parte dos trabalhos mais importantes no âmbito da renovação urbana.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforçar a integração, reparação e manutenção, bem como o planeamento e a concepção das zonas adjacentes ao património cultural, para criar um sentimento de continuidade e de harmonia entre o aspecto visual e os edifícios classificados como património mundial, evitando o desnivelamento e a sensação de surpresa ao nível de estilos.

2. Cooperar com as associações profissionais na prestação de apoio técnico aos proprietários que pretendam participar na reparação dos edifícios, para resolver problemas técnicos durante os arranjos ou renovações e, ao mesmo tempo, atribuir apoios económicos e subsídios adequados aos proprietários, para aumentar a sua participação activa.

3. Proceder à avaliação anual da qualidade ambiental das zonas urbanas já remodeladas e à monitorização da manutenção do aspecto exterior da construção, da taxa de integridade das instalações públicas e dos índices de satisfação dos residentes, com vista à reparação atempada das instalações danificadas; criar um fundo para a revitalização dos bairros

antigos, destinado a posterior manutenção, apoio financeiro para actividades culturais e apoio às indústrias, em prol da construção e gestão dos bairros antigos.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 19.06.2025

Estabilizar o ambiente de emprego em Macau e proteger a vida da população

Recentemente, uma grande empresa de venda a retalho lançou um programa de despedimento voluntário para alguns dos seus trabalhadores, o que suscitou preocupação geral. Esta empresa não levou o programa por diante depois de o incidente ter sido tornado público, mas os trabalhadores em causa continuam preocupados com as perspectivas de emprego.

A taxa de desemprego em Macau baixou, em comparação com a que se verificava durante a epidemia, mas o ambiente de emprego ainda não é optimista. Segundo as recentes estatísticas, o número total de desempregados era de 7400, um aumento de 100 pessoas em relação ao trimestre anterior, enquanto o número total de subempregados era de 5200, um aumento de 700 pessoas em relação ao trimestre anterior. As micro, pequenas e médias empresas oferecem muitos postos de trabalho em Macau, mas os seus negócios têm sido insatisfatórios após a epidemia, e algumas não tiveram outra alternativa a não ser encerrar as actividades, o que resultou numa redução do número de postos de trabalho. Onze casinos-satélite vão cessar as suas operações até ao final do ano. De entre os trabalhadores afectados, cerca de 800 tinham sido contratados directamente pelos próprios casinos-satélite, tendo-lhes sido prestada assistência em termos de organização de entrevistas e emparelhamento, mas ainda não estão finalizados os postos de trabalho a assumir. Assim, o eventual despedimento de grande envergadura de trabalhadores locais, contratados pela empresa supramencionada, vai agravar, certamente, a situação de desemprego e criar mais factores desfavoráveis à estabilidade social.

Objectivamente falando, nos últimos anos, o Governo tem vindo a promover a recuperação económica de Macau, através de políticas e medidas, como a introdução de grupos e obras artísticas de renome internacional e o impulsionamento do consumo por parte dos turistas através da “economia de concertos”. Mas, segundo os dados da DSEC, a despesa *per capita* dos visitantes não relacionada com o jogo foi de 1989 patacas no primeiro trimestre, menos 13,2 por cento em termos anuais. É evidente que as referidas políticas ainda não conseguem impulsionar o consumo por parte dos turistas, então, como é que se pode falar em aumento da procura de emprego? O Governo deve continuar a rever e a otimizar as políticas, especialmente, esforçando-se por estudar políticas que impulsionem o fluxo de pessoas e o consumo, contribuam para o funcionamento das empresas de Macau e aumentem as oportunidades de emprego dos residentes.

É de salientar que, para coordenar os recursos interdepartamentais e promover o emprego dos residentes, o Governo da RAEM criou, em Maio deste ano, o “Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego”, tendo chegado a um consenso após estudos e análises, isto é, na adjudicação de obras e serviços públicos, liderada pelo Governo, será dada prioridade à contratação de trabalhadores locais, desde que os postos de trabalho sejam adequados, e os residentes, competentes e motivados. Isto tem uma certa função orientadora para garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego. Mas, para que todos os serviços públicos assumam, em conjunto, as suas responsabilidades, é

necessário definir indicadores quantitativos e, para além de cumprirem as suas próprias tarefas no âmbito das suas funções, é ainda necessário tomar a iniciativa de coordenar, no sentido de otimizar, em conjunto, a economia e o ambiente de emprego de Macau.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

Tendo em conta o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas de Macau, o encerramento dos casinos-satélite no final deste ano e o lançamento do programa de demissão voluntária promovido pelas grandes empresas de venda a retalho, é provável que se registre, a curto prazo, uma situação de desemprego em grande escala em Macau. O Governo deve fiscalizar, com todo o rigor, as empresas em causa, para proceder ao respectivo tratamento adequado, de acordo com a lei, reduzindo o impacto do desemprego na sociedade. Ao mesmo tempo, proponho ao Governo que proceda a uma avaliação contínua da situação de contratação de TNR pelas grandes empresas, para que os residentes de Macau que têm vontade e capacidade de assumir os respectivos postos de trabalho possam ter mais oportunidades de emprego.

2. Na concretização do princípio da prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, há que promover o cumprimento do princípio da prioridade das empresas locais nas empreitadas de obras públicas, estabelecendo um maior peso dos critérios referidos nos critérios de avaliação das propostas. Na diversificação adequada da economia, para além de se elevar de forma contínua as potencialidades de desenvolvimento das indústrias, é necessário ainda explorar as oportunidades de participação das empresas de Macau e das lojas dos bairros comunitários, e os postos de trabalho oferecidos pelos projectos aos trabalhadores locais, para promover o desenvolvimento económico e industrial, e atingir o objectivo de expansão do crescimento do emprego.

3. Definir medidas e planos de apoio específicos, e um roteiro para a formação de talentos de acordo com o rumo de desenvolvimento das indústrias principais de Macau, a fim de ajudar os seus residentes a terem mais condições para participarem em diferentes postos de trabalho. Assim, os trabalhadores locais podem adaptar-se melhor ao período de transição resultante da reconversão económica. Quanto aos residentes que, devido às características do seu sector de actividade ou aos seus motivos pessoais, não conseguem, num curto espaço de tempo, mudar ou reintegrar-se no mercado de trabalho, deve-se definir para eles planos de contingência para melhor garantir o bem-estar da população, incluindo a atribuição de um subsídio provisório de apoio aos desempregados, a fim de atenuar as suas dificuldades familiares.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 19.06.2025

Promover, com base nos vinte e cinco anos de esforços, o desenvolvimento de alta qualidade da educação em Macau

Desde o retorno de Macau à mãe-pátria, o Governo tem insistido em dar prioridade à educação e aumentou, substancialmente, o investimento nesta, conseguindo assim um progresso qualitativo na educação. Desde então, o investimento na educação aumentou significativamente e as despesas públicas do ensino não superior subiram quase dez vezes; foi criado, historicamente, um sistema de escolaridade gratuita que abrange a maioria dos estudantes em Macau, e os recursos são investidos, com precisão, na modernização do *hardware*, na formação de professores e na reforma curricular. A construção da Cidade Universitária Macau-Hengqin está a progredir bem e está a tornar-se numa plataforma essencial para alargar o espaço de desenvolvimento do ensino superior em Macau; mediante sinergias, tem-se apostado na inovação da ciência e da educação da região, bem como na diversificação adequada da economia de Macau e a sua integração no desenvolvimento global do país. A construção da aldeia escolar na zona A dos Novos Aterros Urbanos está a decorrer de forma ordenada, e a Escola para Filhos e Irmãos de Residentes de Macau entrou já em funcionamento em Hengqin. Os programas de desenvolvimento profissional dos professores e os mecanismos transfronteiriços de ensino e investigação foram promovidos em profundidade, e graças à implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, do Regime do ensino superior e dos subsequentes diplomas complementares, foi construído, com sucesso, um sistema de ensino moderno que integra o sentimento de amor à Pátria com capacidade inovadora em matéria de ciência e tecnologia, melhorando significativamente a qualidade global do ensino.

O ensino superior e o ensino não superior estão a desenvolver-se de forma coordenada. O ensino superior tem avançado a passos largos e várias instituições de ensino superior têm progredido de forma estável nos *rankings* internacionais. Três disciplinas da Universidade de Macau entraram no *top* 0.1 por cento nos indicadores ESI, e a microelectrónica, a medicina tradicional chinesa, a ciência e tecnologia aeroespacial, entre outras disciplinas em destaque, estão entre as melhores do mundo. A MUST lançou, com sucesso, o “Macau Science Satellite-1”, marcando o progresso alcançado pelo ensino superior de Macau na área da ciência e tecnologia de ponta. No âmbito do ensino não superior, a literacia global dos alunos tem vindo a aumentar, com uma boa avaliação no PISA, tornando-se o respectivo sistema num exemplo que integra igualdade e excelência. A reforma sistemática do sistema curricular é particularmente crucial, com o aprofundamento integral do ensino da história, a generalização dos cursos de inovação científica e tecnológica e a integração gradual do ensino de tecnologias de ponta, como a inteligência artificial, nas salas de aula, está a ser formada uma base sólida para os estudantes se estabelecerem em Macau e terem o País sempre no seu coração.

O Presidente Xi salientou que “na nova jornada da nova era, é necessário conhecer profundamente as necessidades da modernização ao estilo chinês em termos de educação, ciência e tecnologia e talentos, reforçando o papel da educação como suporte destas áreas, para formar um cenário vívido e copioso em talentos, cujas capacidades potenciadas são

aproveitadas ao máximo”. Olhando para o futuro, para promover o desenvolvimento contínuo e de alta qualidade da educação em Macau, sugerimos o seguinte:

1. Reforçar o mecanismo de desenvolvimento coordenado entre a educação, a inovação científica e tecnológica e os talentos. Ao nível do ensino básico aumenta-se o investimento de recursos em STEM e inteligência artificial, enraizando a base da literacia científica. O ensino superior deve reforçar, de forma contínua, o efeito de aglomeração e o papel de motor inovador da plataforma estratégica “Cidade Universitária de Hengqin”, para promover, com base nos Laboratórios de Referência do Estado, a articulação exacta das disciplinas com a estratégia da diversificação adequada da economia num circuito fechado e ecológico de “Educação – Investigação Científica – Indústria”. Em simultâneo, há que criar o “Centro de Formação de Talentos entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e melhorar as políticas de introdução de talentos, e incentivar o regresso de talentos a Macau.

2. Aprofundar a internacionalização e a cooperação regional. Reforçar a cooperação entre as instituições dos Países de Língua Portuguesa e da Grande Baía, alargando a dimensão do intercâmbio de docentes e alunos, melhorar os cursos interculturais com base nos conceitos avançados de educação, transformando Macau como janela importante para o diálogo civilizacional entre o Oriente e Ocidente.

Ao longo dos 25 anos de trabalho árduo, a educação tornou-se um capítulo brilhante da prática de “Um País, Dois Sistemas”. Vamos continuar a aproveitar as características e necessidades de desenvolvimento da educação de Macau, planear de forma científica, investir com eficácia, definir políticas eficazes para criar um futuro melhor.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 19.06.2025

Acelerar o ajustamento da proporção dos trabalhadores não residentes em empresas de lazer para garantir a prioridade dos residentes no emprego

A rápida reestruturação económica resultou em grandes flutuações no emprego. Por exemplo, o encerramento de casinos-satélite fará com que a população perca a confiança nas perspectivas de emprego e haverá muitas famílias em dificuldades. Desde a entrada em funções do novo Governo, este tem atribuído grande importância ao emprego e à vida da população, e criou, há dias, o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego, sendo o Secretário para a Economia e Finanças responsável pela coordenação de várias áreas e serviços públicos, a fim de acelerar, com maior vigor, os trabalhos de garantia do emprego. Em especial, o processo de concurso público será melhorado e será fixada uma percentagem mínima de trabalhadores locais para os projectos de obras públicas. E aquando da renovação do contrato das concessionárias do jogo, a estas será exigido a definição de um plano de redução dos trabalhadores não residentes, para garantir a prioridade aos residentes no emprego e promover, efectivamente, o emprego em Macau.

Porém, as incertezas do desenvolvimento económico global aumentaram e, como Macau se encontra numa fase de reestruturação económica, a confiança no desenvolvimento social diminuiu ainda mais, resultando em mudanças mais significativas na situação do emprego em Macau. Em resposta às novas mudanças, o Governo deve adoptar medidas para garantir melhor o emprego em prol da estabilização do desenvolvimento social. Como é do conhecimento do Governo, no mercado de trabalho, as seis grandes empresas de lazer têm uma grande vantagem em termos de recursos e absorvem um maior número da população activa, sendo as mesmas também a opção preferida dos residentes em termos do emprego. Com a recuperação dos sectores do jogo e do turismo, as empresas de lazer são as que têm condições para recrutar mais trabalhadores. O Governo deve avaliar, de novo, as medidas tomadas por essas empresas para garantir a prioridade aos residentes no emprego. Mais, a política de importação de trabalhadores não residentes está em vigor há mais de 20 anos, é difícil adaptá-la ao desenvolvimento económico de Macau, pelo que o Governo deve avaliar e melhorar, de novo, o devido mecanismo de importação à luz do novo desenvolvimento económico, de modo a promover melhor o desenvolvimento diversificado da economia de Macau.

Pelo que, apresento as seguintes sugestões:

1. Os postos de trabalho das seis empresas de lazer continuam a ser os preferidos dos residentes de Macau, mas, ao longo dos anos, apenas há uma medida que garante a proporção de trabalhadores locais de nível médio e superior não inferior a 85%, não havendo qualquer limite para os postos de trabalho da primeira linha ou do nível de base. Assim, é difícil concretizar, eficazmente, a responsabilidade de garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego. Segundo a nova “Lei do Jogo”, as concessionárias ficam sujeitas, a cada três anos, à revisão pelos serviços competentes quanto ao cumprimento do contrato de concessão em geral. Este ano é o terceiro ano da implementação da referida lei, ou seja, em breve vai ter início a fase de revisão dos contratos de concessão. Assim, sugiro ao Governo

que acelere o ajustamento da proporção de TNR nas empresas de lazer, tomando como referência a proporção dos trabalhadores de nível médio e superior, e que estude a definição de uma proporção dos trabalhadores de nível de base nas empresas referidas, para salvaguardar, pela raiz, os direitos e interesses laborais dos residentes.

2. Segundo o Governo, o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego reuniu mais de 300 ofertas de emprego, e o sector financeiro planeia libertar 200 vagas este ano, para que os jovens locais possam ser gradualmente contratados no segundo semestre. Mas, aproxima-se o período de graduação e há um novo grupo de finalistas a entrar no mercado de trabalho, portanto, a oferta de postos de trabalho não satisfaz a procura. Assim, o Governo deve adoptar medidas mais específicas e reforçar os trabalhos de orientação e conjugação profissional, acelerar a criação de uma plataforma integrada de formação profissional, para satisfazer a procura de emprego dos residentes, e adoptar planos provisórios de atribuição de subsídios, tendo em conta as situações como a de subemprego, a fim de promover a estabilidade do emprego em Macau.

3. A política de importação de TNR foi implementada há mais de 20 anos, e perante o ajustamento e a mudança da estrutura económica, já não consegue responder às necessidades sociais. O Governo deve rever e aperfeiçoar o mecanismo de importação de TNR, tomando como referência a experiência de Singapura, definindo um limite máximo para a proporção de TNR consoante a procura de cada sector, para dar um apoio mais preciso. Mais, há que criar um mecanismo dinâmico de avaliação das políticas, ajustando atempadamente as políticas consoante as mudanças económicas e o ambiente de emprego, para garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego e equilibrar ainda mais as necessidades de desenvolvimento interno e externo, envidando todos os esforços para promover a diversificação da economia de Macau.

José Maria Pereira Coutinho

“O impacto do trabalho ilegal no mercado de trabalho local”

O trabalho ilegal, significa exploração laboral, significa falta de protecção social e existência de condições de trabalho precárias, significa também riscos à saúde, contracção de doenças profissionais e insegurança dos locais de trabalho devido ao ambiente laboral. Tudo isto, acarreta graves problemas sociais devendo as autoridades competentes combater com firmeza o trabalho ilegal na RAEM.

O nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem recebido constantemente queixas de trabalhadores da área do MICE, alegando que, não obstante, no ano transacto, terem sido efectuadas milhares de actividades e exposições, contudo muitos ficaram desempregados devido ao trabalho ilegal que disfarçados de “turistas” prestam todo o tipo de serviços.

E um dos exemplos acima referidos, aconteceu recentemente quando as autoridades policiais conjuntamente com o pessoal da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) desencadearam na primeira semana de Junho do corrente ano, uma operação de identificação dos trabalhadores nas bancas de merchandising do cantor coreano G-Dragon, tendo sido detectadas cerca de centena de trabalhadores a desempenhar funções que bem poderiam ser exercidas pelos trabalhadores locais.

Este “escândalo” que ocorreu dentro das instalações de uma das concessionárias do Jogo afectou a imagem da RAEM a nível regional e internacional por se tratar de concertos com celebridades internacionais. O Governo de Macau deve apurar todas as responsabilidades que existam, elevar o profissionalismo na gestão interna da referida concessionária do jogo e implementar medidas concretas para que semelhantes escândalos não voltem a repetir.

Muitos cidadãos não percebem, como podem ocorrer estes tipos de acontecimentos quando existe um controlo rigoroso na identificação dos trabalhadores locais que desempenham funções dentro perímetro da “Arena” dos concertos, mas, contudo, haja um relaxamento na verificação da identidade dos trabalhadores ilegais que entram e saem à

vontade das instalações. Estas situações merecem a atenção das autoridades competentes contra corrupção.

Pressupondo, que a DSAL, teria prévio conhecimento, através das redes sociais locais e do interior do continente, os vários anúncios para recrutar trabalhadores ilegais e a tempo parcial, esta DSAL, bem poderia ter destacado os seus inspectores para verificar “a priori” a identidade de todos os trabalhadores dentro do perímetro da “Arena” para evitar o trabalho ilegal. Não o fez, e é preciso saber, porque não feito este trabalho.

Refira-se, que nas numerosas publicações nas redes sociais, a entidade organizadora do concerto procurava abertamente recrutar jovens com menos de 30 anos de idade mencionando uma remuneração diária 200 renminbis, além de um bónus adicional em conformidade com as vendas. O anúncio também indicava que o empregador estaria disposto a oferecer acomodação aos trabalhadores. Também ao nível da venda legítima de bilhetes para o concerto da estrela coreana houve enorme confusão quanto à impressão de bilhetes com a datas e números errados nos bilhetes de entrada, não estando igualmente posta de parte a existência de bilhetes falsos e uma enorme negligência na resolução das queixas.

Estes acontecimentos, que não acreditamos, que tenha acontecido pela primeira vez, para além de afectar a imagem de Macau no cenário regional e internacional prejudicou os jovens recém-licenciados e os jovens em geral de entrar no mercado de trabalho.

Um estudo recente de universidade local revelou que cerca de 95% dos recém-licenciados em Macau relataram enormes dificuldades em encontrar emprego nestes últimos dois anos, e menos de 3% se mostraram optimistas sobre as actuais oportunidades de trabalho. O aumento brutal de trabalhadores não residentes e trabalhadores ilegais tem sido muito criticada nas redes sociais, devendo o Governo de Macau enfrentar com seriedade este tipo de problemas especialmente o desemprego juvenil criando oportunidades reais de emprego.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 19.06.2025

Deslocações verdes em Macau e a gestão da segurança

Nos últimos anos, o Governo tem vindo a promover, activamente, as deslocações verdes e a incentivar o público a reduzir as emissões de carbono mediante caminhadas, corridas ou ciclismo, com vista a melhorar a qualidade de vida dos residentes. O trilho entre as Portas do Cerco até à Zona A dos Novos Aterros é um espaço importante para o público fazer exercício. Porém, são cada vez mais os trabalhadores não residentes que o aproveitam nas suas deslocações diárias, assim, vê-se ali confusão durante as horas de ponta da manhã e da noite. Ora, este foi originalmente planeado para o público para fazer exercício, o que não só afecta as actividades desportivas diárias das pessoas, como também implica potenciais riscos de segurança.

Nas horas de ponta, alguns TNR andam de bicicleta ou trotinete eléctrica naquela pista, situação que resulta em perigo para os residentes que correm e passeiam ali, que são obrigados a desviar-se deles. O que é mais preocupante é que estes veículos, para além de circularem a alta velocidade nos passeios, encontram-se estacionados à toa junto de canteiros, ocupando espaços públicos e afectando a fisionomia da cidade. Mais, entre estes, até há bicicletas partilhadas de algumas plataformas do Interior da China, de origem desconhecida, o que suscita dúvidas: como é que estes veículos conseguem entrar em Macau? Estão em conformidade com a lei? São questões que devem ser esclarecidas pelas autoridades competentes, que, entretanto, têm de reforçar a fiscalização.

3. Esta situação caótica de circulação condiciona, gravemente, o espaço desportivo dos cidadãos e constitui uma ameaça à segurança dos peões. Os corredores têm de estar sempre atentos aos veículos, e as bicicletas e trotinetas eléctricas estacionadas à toa são obstáculos para os transeuntes, especialmente para os idosos, crianças e pessoas com dificuldades de locomoção, que correm mais riscos. Além disso, estes veículos eléctricos que circulam a alta velocidade nos passeios estreitos podem facilmente provocar acidentes, trata-se de uma questão de falta de segurança que não podemos ignorar.

A política de deslocação ecológica visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, mas a actual situação afasta-se claramente dessa meta. Para resolver eficazmente os problemas decorrentes da circulação de veículos não motorizados, o Governo deve adoptar medidas abrangentes para o seu reordenamento, criando, em conjunto com o CPSP e a DSAT, um grupo de trabalho especializado para fiscalizar amiúde a circulação indevida de trotinetas eléctricas e bicicletas nos passeios, para aumentar a eficácia do reordenamento. Mais, face ao problema das bicicletas partilhadas de plataformas do Interior da China de origem não identificada, que têm surgido em Macau, cumpre ao Governo avaliar se as actuais medidas de fiscalização são suficientes, caso contrário, deve definir, com a maior brevidade, normas claras para prevenir o agravamento desta situação. Quanto ao fenómeno acima referido de estacionamento desordenado de veículos, para além de reforçar a fiscalização, o Governo deve ponderar a implementação de mecanismos complementares de gestão, a fim de resolver eficazmente o problema de estacionamento irregular e garantir a segurança e a fluidez nos passeios.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 19.06.2025

Avaliar o regime fiscal aplicável às novas fracções devolutas à luz das mudanças do mercado

Nos últimos anos, com a rápida alteração dos hábitos de consumo emergentes, como as compras *online* e o pagamento electrónico, alterou-se ainda mais o modelo de compras das pessoas, o que resulta na redução contínua da atractividade das lojas tradicionais.

Fazendo uma retrospectiva da evolução do Regulamento da contribuição predial urbana em Macau: há muito tempo, podia requerer-se a isenção da contribuição predial urbana para as fracções habitacionais ou estabelecimentos comerciais devolutos. Em 2018, o Governo lançou novas medidas de gestão da procura do mercado imobiliário, cancelando a isenção da contribuição predial urbana aos prédios devolutos, voltando a cobrar o imposto de selo, isto para fazer aumentar as despesas dos proprietários de fracções devolutas, levando-os a colocá-las no mercado, de modo a reduzir o açambarcamento de habitações. Esta política, que visava lidar com o sobreaquecimento do mercado imobiliário e o desperdício de recursos, revestia-se de natureza específica e razoável. O cancelamento completo, em 2024, do imposto do selo especial (ou seja, medida picante) reflecte a flexibilidade do Governo em proceder a ajustamentos à luz das mudanças no mercado imobiliário, para conseguir um equilíbrio entre a oferta e a procura.

O mercado de hoje sofreu grandes alterações, e muitas das habitações e lojas não são açambarcadas intencionalmente pelos proprietários, tal deve-se à fraca economia e à pouca procura de arrendamento, o que resulta numa situação passiva de desocupação. Algumas lojas estão desocupadas há muito tempo e, mesmo que os proprietários baixem as rendas, não conseguem arrendá-las. Na falta de rendimento das rendas, é ainda necessário pagar a contribuição predial urbana, o que agrava ainda mais a situação dos proprietários que dependem destas. Actualmente, o Governo está a promover a recuperação económica e do consumo, mas a transformação económica e o ajustamento da exploração de negócios é um processo longo. Se o Governo, tendo em conta a realidade económica, rever as suas políticas e, sob o pressuposto da estabilidade das receitas financeiras, disponibilizar aos proprietários de fracções habitacionais e lojas desocupadas uma almofada fiscal adequada, e retomar as medidas e práticas adoptadas antes de 2018, creio que isto contribuirá para aliviar a pressão dos proprietários e melhorar o mercado imobiliário.

Assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Proponho ao Governo da RAEM que reveja o Regulamento da Contribuição Predial Urbana em vigor, no que se refere à matéria colectável das fracções autónomas desocupadas, no sentido de criar um mecanismo razoável que não enfraqueça o espírito de combate à especulação imobiliária. Por exemplo, é permitida a declaração de "desocupação não intencional", e verificada a veracidade, as pessoas podem beneficiar da isenção ou redução da contribuição predial, especialmente as propriedades com finalidade comercial.

2. Em articulação com as medidas fiscais para a revitalização do mercado, por exemplo, conceder uma isenção ou redução da contribuição predial urbana aos proprietários que pretendem arrendar lojas desocupadas a preços inferiores aos praticados no mercado, para serem indústrias culturais e criativas, *start-ups* e empresas sociais, a fim de incentivar a libertação eficaz dos recursos desaproveitados, impulsionando a economia comunitária e o desenvolvimento do empreendedorismo juvenil.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 19.06.2025

Macau, enquanto cidade onde coexistem as culturas oriental e ocidental, tem grandes vantagens no desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, que são, entre outras indústrias, importantes na promoção da diversificação adequada da economia. No passado, o Governo também lançou uma série de medidas para promover, activamente, o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Com o estabelecimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, as indústrias culturais e criativas de Macau têm novas oportunidades de desenvolvimento. No futuro, Macau deve basear-se no quadro de cooperação regional, continuar a melhorar o mecanismo de intercâmbio cultural e de cooperação com o Interior da China, promover a cooperação a vários níveis entre as indústrias culturais e criativas dos dois locais, concretizar a complementaridade de vantagens e o desenvolvimento “win-win”, e continuar a explorar um novo modo de integração e desenvolvimento da “cultura e criatividade +” para promover o desenvolvimento coordenado e aprofundado entre as indústrias culturais e criativas e outras indústrias, de modo a produzir mais resultados de cooperação e benefícios sociais. Deste modo, será criado um sistema diversificado de indústrias culturais e criativas com as características de Macau.

Para promover ainda mais as indústrias culturais e criativas, o Governo criou uma série de medidas de apoio, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento Cultural lançou recentemente o “Plano de Subsídio à Divulgação e Distribuição de Obras Cinematográficas e Televisivas com Elementos de Macau” e o “Plano de Apoio Financeiro para Formação da Marca do Turismo Cultural”, para incentivar a integração dos elementos culturais de Macau nas produções de cinema e televisão, e apoiar as empresas culturais e criativas na exploração de produtos do turismo cultural. No mês passado, foi instalado o “Macau Cultural · Pavilhão de Macau” na Feira Internacional das Indústrias Culturais da China (Shenzhen), para mostrar o património cultural e os resultados criativos de Macau, elevar ainda mais a visibilidade das marcas locais e a sua competitividade no mercado, e promover a criação e o desenvolvimento da PI original. O Governo deve envidar mais esforços para apoiar os sectores na continuidade e inovação, na exploração dos seus próprios recursos culturais, na criação de mais marcas com características culturais de Macau, e na extensão dos produtos culturais e criativos aos sectores de várias actividades, como jogos e produtos derivados. Deve ainda alargar a cadeia industrial, apoiar a investigação, a inovação e a criação de marcas das empresas culturais e criativas locais, bem como a transformação dos resultados das indústrias culturais e criativas e o seu funcionamento orientado para o mercado, promover a integração profunda entre as indústrias tradicionais e a tecnologia digital, desenvolver novos modelos de negócios com a integração *online* e *offline*, e contribuir para o desenvolvimento de alta qualidade destas indústrias.

Com a consolidação do posicionamento de Macau enquanto cidade internacional, a criação de uma plataforma internacional de intercâmbio reveste-se da maior importância. Macau deve aproveitar as vantagens do encontro das culturas ocidental e oriental para organizar mais eventos internacionais, tais como concursos de *design* criativo e fóruns culturais e criativos, a fim de atrair talentos e recursos culturais e criativos do Interior da China e do exterior, promovendo o intercâmbio e a cooperação cultural, e elevando a

influência internacional das indústrias culturais e criativas de Macau. Mais, a formação de talentos locais com características culturais e criativas é crucial para o desenvolvimento a longo prazo das indústrias culturais e criativas, por isso, Macau deve criar um mecanismo sistematizado de formação de talentos, elevar a capacidade inovadora e a visão internacional dos jovens talentos culturais e criativos e, através do reforço da base de talentos, criar uma base sólida para a construção de um centro cultural e criativo com influência internacional.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 19.06.2025

Potenciar a capacidade de macro-controlo para reactivar o motor económico do investimento e do consumo

O desenvolvimento económico de Macau apresenta-se próspero, encontrando-se num período de auge histórico. Contudo, as rápidas transformações do ambiente económico durante e após a pandemia, influenciadas por múltiplos factores como o teletrabalho, o comércio electrónico e a distribuição *online*, o aumento das taxas de juro, a desvalorização de activos e o comércio global, provocaram alterações profundas nos hábitos de vida e nas actividades empresariais, conduzindo a um declínio contínuo da vitalidade económica. Mais, os cenários de consumo na sociedade do Interior da China destacam-se pela inovação, elevada qualidade, excelência de serviço e preços competitivos, superando Macau em diversos aspectos como os custos e a inovação, tornando, praticamente inevitável, a fuga do consumo local. No entanto, Macau, enquanto território aduaneiro autónomo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), beneficia de múltiplos estatutos internacionais únicos, caracterizando-se por baixas taxas fiscais e ser porto livre, complementado pela presença de uma indústria líder mundial nos sectores de turismo, jogo e entretenimento. O Governo dispõe de meios para definir políticas de macro-controlo e possui reservas financeiras suficientes, condições excepcionais e raras a nível global, mantendo assim um potencial de desenvolvimento a longo prazo verdadeiramente insubstituível.

No actual contexto de fragilidade económica, o Governo deve adoptar diversas medidas de incentivo económico a curto, médio e longo prazos, nomeadamente o aumento das despesas públicas, o reforço das facilidades na concessão de crédito, a redução e a subsidiação selectiva das taxas de juro de empréstimos, o incentivo ao aumento do investimento e do recrutamento por parte das grandes empresas, a atracção selectiva de sedes de grandes empresas, a ampliação dos benefícios fiscais, o aprofundamento das funcionalidades do cartão de consumo e a criação de um fundo de contingência.

1. Ainda que aumente a despesa pública, a transformação urbana surge como uma medida oportuna. Actualmente, o problema do congestionamento de trânsito está atenuado, as obras municipais não só correspondem ao desejo generalizado de embelezamento da cidade, como também elevam, significativamente, a sua imagem. O Governo pode alocar um subsídio especial para apoiar os cidadãos com capacidade financeira e que lhes permita substituir as habitações antigas por novas, fazer permuta de habitação do Governo, obras de remodelação, renovação de fachadas e redes internas (água, electricidade, esgotos, etc.) em edifícios antigos, etc. Estes projectos poderão ainda ser complementados com recursos habitacionais públicos para providenciar alojamento temporário. O subsídio especial poderá ter um prazo definido, permitindo, assim, conjugar os recursos dos cidadãos e do Governo, dinamizar a cadeia industrial imobiliária, estimular o investimento e criar emprego a curto prazo, constituindo um projeto de benefício público a longo prazo.

2. Quanto ao alívio do crédito, a pataca é, indirectamente, afectada pela taxa de juros dos Estados Unidos e como os bancos são mais prudentes, as empresas e os cidadãos que

têm empréstimos estão sob grande pressão. Pode-se oferecer aos devedores o direito de subscrição de obrigações a longo prazo, verdes e com juros elevados, para equilibrar os rendimentos das obrigações e os juros dos empréstimos, a fim de aliviar a pressão dos compradores.

3. Quanto à resolução das dificuldades da sociedade, face ao declínio da economia e às dificuldades da população, sugiro ao Governo que crie fundos de emergência, coordene a integração de fundos semelhantes da sociedade civil, reforce a divulgação, e preste apoio especial aos cidadãos, nomeadamente aos que viram os seus rendimentos reduzidos bruscamente e aos que se deparam com dificuldades em pagar os empréstimos ou em mobilizar o seu dinheiro, para resolver as suas dificuldades mais prementes.

Embora as referidas medidas impliquem aumento de despesas e até um orçamento deficitário, a reserva financeira acumulada ao longo dos anos foi precisamente criada para fazer face a situações extraordinárias. Numa altura de recessão económica com a sociedade a ter uma postura mais cautelosa, a política fiscal deve ser aplicada de forma mais flexível para ajudar a recuperação social. O Governo deve manter o princípio de “alargamento das fontes e a poupança de recursos” e, aquando da promoção da recuperação a curto prazo, criar condições para um desenvolvimento estável e a longo prazo.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 19.06.2025

Avaliação do incidente inerente à cessação dos serviços 3G e emissão, quanto antes, das licenças de convergência

A rede 3G em Macau deixou de funcionar em 5 deste mês, e muitos utilizadores de telemóveis tiveram problemas nas chamadas de voz ao utilizarem os serviços de telecomunicações móveis, pelo que se dirigiram aos pontos de venda das empresas de telecomunicações para pedir ajuda, e as longas filas de espera aí suscitaram a insatisfação do público. Face a isto, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (DSCT) emitiu dois comunicados de imprensa, salientando que os operadores estavam, de forma ordenada, a ajudar os utilizadores a passarem para os serviços 4G/5G e que tinha exigido aos operadores em causa que reforçassem o apoio ao cliente nos seus pontos de venda. Segundo a explicação da DSCT, esta já tinha iniciado várias rondas de reuniões com os operadores para os instar a formular planos que garantissem aos utilizadores uma transição harmoniosa dos serviços 3G para os serviços 4G ou 5G.

O incidente durava há mais de uma semana e ainda havia muitas pessoas a dirigirem-se às empresas de telecomunicações para resolver o problema do 3G. Só no dia 12 é que a DSCT explicou que o problema se devia ao facto de o sistema 3G utilizar a tecnologia de comutação de circuitos para prestar serviços de voz, ao passo que os 4G/5G passaram a utilizar a tecnologia de comutação de pacotes, o que obriga os utilizadores a realizarem chamadas de voz através da função VoLTE. Com o fim do serviço 3G, alguns utilizadores que não activaram a função VoLTE enfrentaram o problema da interrupção da função de voz. Normalmente, a função pode ser restabelecida através da sua activação no telemóvel, mas alguns telemóveis mais antigos não suportam esta função, ou os telemóveis mais recentes podem não estar pré-carregados com os parâmetros de rede dos operadores de Macau, o que pode impedir os utilizadores desses telemóveis de acederem ao serviço de voz. Se for o último caso, os operadores podem tentar incluir as devidas configurações através de negociações comerciais, mas não há garantia de que se possa chegar a um acordo, uma vez que existem diferenças no posicionamento de produtos e nas estratégias de venda dos fabricantes das diferentes marcas de telemóveis em Macau.

A referida Direcção revelou ainda que, relativamente ao tratamento da saída da rede 3G, de entre os três operadores, o serviço de atendimento ao cliente de um deles “não é muito satisfatório”, tendo sido exigida uma solução aos três, ou seja, o plano de troca para telemóveis com VoLTE a preço zero ou a preço especial, para resolver de imediato a questão das chamadas telefónicas e, posteriormente, a exigência do fornecimento de uma lista dos telemóveis compatíveis com VoLTE.

Recebi também queixas de residentes que afirmam que alguns operadores de telecomunicações ofereceram serviços gratuitos de transferência, mas não podem agora utilizar os números originais dos telemóveis do Interior da China e de Hong Kong, o que significa que não têm outra opção. Mais, como os operadores não conseguiram fornecer a lista dos telemóveis compatíveis com VoLTE na sua rede, os utilizadores ficaram muito confusos! Na realidade, muitos idosos utilizam telemóveis de modelos antigos ou especiais,

e alguns destes, mesmo suportando a rede 4G, não conseguem ligar-se à VoLTE da operadora, por isso não conseguem fazer chamadas telefónicas. Muitos idosos só tiveram conhecimento do problema quando os seus familiares descobriram que não podiam contactar com eles. Felizmente, não se registou nenhum incidente infeliz!

Este caso demonstra que o Governo e os operadores não prepararam nenhum plano de contingência para a saída da rede 3G da RAEM. Mesmo que os utilizadores tenham sido alertados previamente para a necessidade de ter de mudar para telemóveis que suportam a VoLTE, ainda há alguns que têm essa função e não suportam os parâmetros da rede dos operadores de Macau, o que faz com que mesmo os telemóveis incluídos na lista continuem a ter problemas. O Governo deve proceder a uma avaliação séria deste caso, para evitar que casos semelhantes se voltem a repetir.

Para além de se evitar a repetição dos problemas referidos, estou ainda mais preocupado com o desenvolvimento das telecomunicações de Macau nos últimos dez anos, que tem sido “injusto, pouco transparente e imprevisível”. Isto é claramente contrário ao ambiente favorável ao comércio proposto pelo actual Governo, ou seja, que deve ser “justo, transparente e previsível”! De facto, desde a liberalização do regime de exploração exclusiva da rede fixa em 2011, foi introduzida uma segunda operadora, mas o Governo não conseguiu acabar com o monopólio da “utilização exclusiva” dos activos da concessão das telecomunicações, nem emitir, o mais cedo possível, a licença de convergência de redes telecomunicações. Ou seja, em 2019, propôs-se que a licença de convergência de redes fosse dividida em duas: a licença de rede básica e a licença de prestação de serviços, sendo a primeira responsável pela construção das redes e das estações base, e a segunda pela prestação de todos os tipos de serviços de telecomunicações. Assim, desde que possua licença de serviço, o operador pode explorar todos os serviços de telecomunicações, a fim de satisfazer as necessidades do desenvolvimento diversificado desses serviços. Por isso, o sector não tem sabido o que fazer nos últimos anos, o seu desenvolvimento tornou-se cada vez mais reduzido, e é difícil atrair novos profissionais, o que resulta numa grave ruptura de quadros qualificados no sector das telecomunicações de Macau!

Tenho de salientar aqui que o Governo deve aproveitar esta última oportunidade do termo das licenças dos activos da concessão e da rede fixa, em Setembro, para concretizar a sua promessa de utilização justa dos activos e de emissão, o mais rápido possível, da licença de convergência. O Governo deve quebrar e regularizar o actual regime de utilização exclusiva dos activos da concessão, bem como o regime desactualizado de licença de telecomunicações, a fim de estabelecer uma base sólida e um espaço de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento do sector de telecomunicações de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 19.06.2025

Reforçar a educação psicológica e o apoio comunitário para construir em conjunto um ambiente de crescimento saudável para os jovens

O Governo apresentou, no relatório das LAG deste ano, a optimização da política de juventude para criar condições e um ambiente mais favoráveis aos jovens no crescimento e no desenvolvimento das suas capacidades. Perante as mudanças do ambiente social, os jovens, além de enfrentarem pressões na fase de crescimento, têm o risco do vício da *internet* e da interferência de informações impróprias, entre outros. Assim, é preciso ser o Governo a tomar a iniciativa de promover a cooperação entre a família, a escola e a sociedade, e de criar um bom ambiente para o crescimento dos jovens, incluindo o reforço do carinho familiar e social, o aumento dos espaços para a realização de actividades e a prestação de serviços adequados de saúde psicológica e de apoio familiar, para consolidar ainda mais a saúde física e mental dos jovens. Assim sendo, proponho o seguinte:

1. As autoridades continuam a reforçar a educação psicológica e a prevenir o contacto dos jovens com as más informações na *internet*. Segundo um inquérito recente efectuado por uma instituição de Macau, o vício da *internet* tende a envolver pessoas cada vez mais jovens. O que merece a nossa atenção é que é fácil aceder a informações negativas de ódio, e os jovens facilmente são afectados. Proponho ao Governo que avance com a educação sobre a ciberliteracia, preste mais atenção à situação de utilização da *internet* pelos jovens e reforce a sua orientação, através das escolas, dos pais e de *workshops* familiares, para a utilização correcta da *internet*, e promova os serviços de acesso à *internet* com função de filtragem através das operadoras de telecomunicações, para bloquear, a partir da fonte, os maus conteúdos, como a violência, a pornografia e a discriminação, permitindo-lhes aprender, desde pequenos, a distinguir as fontes de informação, a proteger a sua privacidade e a respeitar os valores uns dos outros.

2. Reforçar o apoio aos agentes de aconselhamento aos alunos no desempenho das suas funções. Actualmente, um corpo de mais de 390 agentes de aconselhamento nas escolas presta apoio e assistência profissional aos alunos. Segundo consta, estes profissionais enfrentam pressões consideráveis no desempenho das suas funções, e é necessário dispor de recursos humanos em proporção adequada para prestar apoio aos casos, estabelecer contactos com os alunos, criar relações de confiança mútua e acompanhar, de forma contínua, os casos mais complexos. Mas os referidos agentes enfrentam dificuldades quanto ao reconhecimento profissional e às perspectivas de promoção na carreira, por isso, o Governo deve continuar a rever o quadro de pessoal, a avaliar as pressões de trabalho destes profissionais e a reforçar a alocação de recursos, a fim de estabelecer uma equipa profissional estável para o desempenho preciso do papel e das funções de apoio aos alunos.

3. Apoiar o desenvolvimento profissional dos agentes de aconselhamento psicológico e reforçar os trabalhos de saúde mental comunitária. Em Macau, existe um corpo profissional composto por médicos psiquiatras e psicoterapeutas. No âmbito da política governamental de reforço da prevenção e da descentralização de recursos para a

comunidade, torna-se ainda mais necessário reforçar a equipa profissional dos serviços de prevenção e de aconselhamento psicológico, permitindo, assim, a identificação precoce e a abrangência de mais casos potenciais ou em fase inicial de perturbação psicológica. O aconselhamento psicológico é uma disciplina profissional que exige conhecimentos especializados, experiência prática e elevados padrões éticos, proporcionando aos cidadãos um apoio psicológico seguro e eficaz. Neste contexto, cabe o Governo reforçar a formação e o reconhecimento profissional deste pessoal, definir uma orientação clara para o seu desenvolvimento, estudar a implementação de um sistema de certificação e aumentar a alocação de recursos, para reforçar a sensibilização preventiva na comunidade em saúde mental, bem como o acompanhamento e o apoio psicológico especializado.

4. A participação em actividades desportivas, culturais e de lazer contribui para fortalecer a condição física e promover a saúde psicológica, e aumentar a capacidade de resistência à pressão, e de auto-identificação e ajustamento emocional dos jovens. Espera-se que o Governo continue a aproveitar os terrenos desocupados e os espaços das propriedades públicas, para construir mais instalações desportivas e culturais; e a promover a integração de mais elementos de educação psicológica nos cursos de educação física das escolas e nas actividades comunitárias, permitindo a participação conjunta dos jovens e dos residentes, especialmente de pais e filhos, para promover a saúde psicológica dos residentes de Macau.

Por último, espero que os diversos serviços públicos unam esforços para criar um ambiente positivo e activo para o crescimento dos jovens.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 19.06.2025

Aproveitar bem as férias de Verão e incentivar o consumo em Macau

As próximas férias de Verão são um período de ouro para dinamizar a economia e reforçar o turismo. À medida que os residentes se habituem a consumir no Interior da China e na *internet*, devemos reforçar a atractividade para os turistas virem consumir a Macau, e lançar programas inovadores, tendo como núcleo a experiência cultural e o turismo comunitário, no sentido de transformar Macau num destino dinâmico e profundo, para a visita a Macau não ser apenas de passagem, antes, sim, memorável.

Assim, proponho o seguinte:

1. Tornar a pressão provocada pelo consumo no Interior da China força motriz do consumo em Macau

É verdade que Macau está a enfrentar a fuga de consumidores, mas, em contrapartida, devemos aumentar a vontade dos turistas de virem consumir em Macau.

Com a mudança do modelo de consumo dos residentes do Interior da China, é necessário melhorar a qualidade dos serviços e a diversidade de experiências. O Governo pode, com as associações comerciais e as pequenas e médias empresas, combinar o património cultural, as atracções turísticas dos bairros e as actividades nocturnas, para lançar pacotes com descontos para as férias de Verão, para prolongar a estadia dos turistas, bem como facilitar o consumo, através da prestação de serviços em várias línguas, simplificação da ligação dos transportes transfronteiriços, e alargamento da cobertura do pagamento electrónico.

A longo prazo, há que criar condições para os turistas virem a conduzir até Macau, e lançar novas formas de passagem fronteiriça, permitindo o estacionamento de veículos dos turistas nos auto-silos dos postos fronteiriços, para facilitar as deslocações e evitar o impacto no trânsito de Macau.

2. Criar a marca do turismo cultural centrada numa “Macau dinâmica”

As férias de Verão são o melhor palco para mostrar o dinamismo diversificado de Macau. Sugiro ao Governo que prolongue as iniciativas estivais até ao Outono, para integrar as respectivas festividades e eventos. Para além da Festa Internacional das Cidades de Gastronomia, Arte Macau, Festival Internacional de Música e do Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício, há que apoiar as festividades tradicionais de Macau e, através de espectáculos imersivos e *workshops* sobre o património cultural intangível, envolver os turistas, para transformar o folclore em destaque do turismo cultural. Há que aproveitar a zona litoral para organizar actividades nocturnas, como esplanadas, feiras e concertos ao ar livre, em prol dum modelo turístico de 24 horas por dia.

3. Aprofundar a experiência cultural para promover a industrialização do turismo comunitário

Há que aproveitar a cultura comunitária única de Macau para atrair os turistas a fazerem uma visita aprofundada. Em conjugação com as actividades festivas tradicionais, podemos lançar a actividade da experiência cultural de banquete de “poon Choi” (prato tradicional cantonês), com os turistas a pagarem para participar, a fim de sentirem a cultura gastronómica típica de Macau; podemos formar residentes para desempenharem as funções de guia e contarem as histórias sobre os bairros comunitários, nomeadamente, sobre as características da vila piscatória de Coloane e da zona da Horta da Mitra. O Governo deve prestar o apoio necessário, conceder subsídios e dar orientações padronizadas, para assegurar a qualidade dos serviços e transformar isto numa indústria.

4. Lançar políticas de apoio e integrar recursos

Para atingir o objectivo referido, é necessária a cooperação interdepartamental. Os fundos governamentais podem dar prioridade ao financiamento de projectos de inovação turística que integrem os elementos históricos, culturais e comunitários, dando ênfase à sua eficácia; e devem simplificar o processo de apreciação e autorização das actividades, e estabelecer uma via rápida para as actividades festivas e as actividades comerciais comunitárias de pequena dimensão, como feiras e *workshops*; e ainda reforçar a promoção digital, ou seja, colaborar com as plataformas das redes sociais, para divulgar as histórias comunitárias através de vídeos curtos e transmissões ao vivo, atraindo jovens clientes.

A economia das férias de Verão não é um estímulo a curto prazo, mas, sim, uma pedra de toque para a integração flexível dos recursos culturais e turísticos de Macau. Devemos acompanhar de perto as mudanças do mercado, transformar a acumulação cultural em economia de experiência, e tornar a vitalidade da comunidade num cartão-de-visita turístico. Macau deve esforçar-se para atrair visitantes estrangeiros e, só quando os turistas sentirem o “charme único de Macau”, é que podemos atrair visitantes estrangeiros e, ao mesmo tempo, impulsionar o consumo contínuo dos turistas do Interior da China em Macau.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 19.06.2025

Criação de um parque industrial de tecnologia de carbono zero em prol do desenvolvimento da economia verde

As alterações climáticas são um desafio global que transcende as fronteiras nacionais. Ao longo dos anos, Macau tem participado activamente na implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Acordo de Paris. Há dois anos, o Governo promulgou a “Estratégia de Descarbonização a Longo Prazo de Macau”, que propõe explicitamente “implementar activamente medidas de descarbonização em diferentes áreas e fases” como orientação geral para a sua efectivação a longo prazo em Macau e com objectivo de “atingir, até 2030, o pico das emissões de carbono e promover, até 2050, emissões próximas do zero nos sectores da energia eléctrica e dos transportes terrestres”.

No relatório das LAG do novo Governo é referida a construção de um parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau, cujo sector manifestou o seu apoio. Caso se aproveite esta oportunidade para elevar o seu posicionamento para um "parque industrial de ciências e tecnologias de carbono zero", por um lado, podemos construir um parque com o conceito de arquitetura de carbono zero e, por outro, podemos, através de um pensamento inovador, integrar a investigação e o desenvolvimento das tecnologias de redução de carbono, a incubação de indústrias verdes e a aplicação de energia inteligente, e assim injectar uma nova dinâmica na concretização do objectivo de “dupla meta de carbono” em Macau. Este ano assinala-se o décimo aniversário da assinatura do “Acordo de Paris” e a acção climática global entrou numa fase crucial. Esperamos que, através da construção do dito parque sejam explorados os pólos de crescimento verde para a diversificação adequada da economia de Macau, um suporte para a concretização da situação win-win da eficiência ambiental e da valorização industrial.

Pelo exposto, apresento as seguintes três sugestões:

1. Quanto à sua definição, prevê-se que seja publicada ainda no decurso deste ano, com o primeiro modelo nacional chinês de parques industriais de zero carbono, sugerindo-se que a construção do parque industrial de investigação e de desenvolvimento científico e tecnológico adopte plenamente os “padrões zero carbono” alinhados com os padrões nacionais e à frente dos internacionais, incluindo a construção verde com a integração de energia solar e eólica, o sistema inteligente de gestão de instalações e o sistema logístico de transporte de baixo carbono, convertendo, assim, Macau numa zona de demonstração dos avanços científicos e tecnológicos, bem como da sabedoria chinesa. Mais, através da produção de energia eléctrica verde, do armazenamento energético eficiente e da distribuição energética inteligente, será construído no parque um sistema inteligente de micro-redes de “zero carbono”, o qual constituirá um nó importante na rede eléctrica urbana de Macau, estabelecendo um novo marco verde para a construção de uma cidade inteligente.

2. Em termos da modernização industrial, sugiro que no Parque Industrial se dê prioridade às empresas de tecnologia inovadora nas áreas de produção de carbono zero, captura e retenção de carbono, materiais de construção ecológicos, gestão digital de carbono, entre outras, para, através da “integração de serviços” e da “saída padrão”, apoiar as micro, pequenas e médias empresas de Macau a alcançarem a modernização industrial durante o desenvolvimento de um novo modelo de negócio de carbono zero. Ao mesmo tempo, através do sistema de “certificação de carbono zero”, podemos atrair o capital verde internacional, formando-se assim uma cadeia ecológica completa com “Demonstração de tecnologia - Transformação industrial - Aplicação comercial”, para abrir um novo caminho verde para a diversificação adequada da economia de Macau.

3. Articulação a nível internacional – reforçar a construção e o intercâmbio nas ligações com o País e ao exterior em relação ao baixo carbono. Sob a liderança The Administrative Center for China’s Agenda 21 e do centro de intercâmbio científico e tecnológico de Xangai, a “Aliança de cooperação de inovação tecnológica de baixo carbono no âmbito da Iniciativa Faixa e Rota” foi criada oficialmente por 26 instituições de 14 países na semana passada em Chengdu – China. Sugiro ao Governo que aproveite as oportunidades de contacto com as diferentes plataformas internacionais, maximizando as vantagens de Macau como “agente perfeito de ligação”, para explorar a dita Iniciativa e a cooperação com os Países de Línguas Portuguesa e Espanhola no âmbito do “Acordo de Paris”, e promover a articulação de Macau com o mecanismo do mercado mundial de carbono. Sob o princípio “Um País, Dois Sistemas” temos de aplicar as tecnologias de baixo carbono e a inovação financeira verde, transformando-as em suportes de interligação entre a Grande Baía e as tecnologias e mercados internacionais de baixo carbono, fornecendo a experiência de Macau e a sabedoria chinesa no âmbito da acção climática global!